

## EDITORIAL

Recentemente nos surpreendemos com a notícia de que periódicos brasileiros foram suspensos do *Journal Citation Reports (JCR)*, que publica um dos mais importantes indicadores sobre impacto de periódicos científicos. O argumento que baseou essa suspensão foi a presença, nesses periódicos, de “padrões anômalos de citação” que estariam distorcendo o seu “verdadeiro” fator de impacto. Essa suspensão teve efeito imediato em nossa comunidade científica, com várias manifestações públicas e privadas em favor da ética e das boas práticas que, supostamente, os periódicos punidos teriam violado.

Sem entrar na discussão do mérito de esses periódicos terem ou não se beneficiado de práticas antiéticas (autocitação, citação cruzada etc.), preocupa a pouca transparência de todo o processo que acabou por indicá-los para a punição. Quem preza o estado de direito costuma valorizar o espaço para a defesa antes de ver anunciada uma condenação. Como a avaliação dessas possíveis más condutas pode distinguir o dolo, que justificaria a punição, de uma mera inobservância não intencional das regras ou, ainda, de uma realidade acadêmica diversa da maioria dos periódicos constantes da base do *JCR*, como alegou, em autodefesa, o editor de um dos periódicos punidos? Seria o caso de uma advertência antes da punição?

Como a *RAE* faz parte do *JCR*, ficamos preocupados com a possibilidade de também sermos julgados por critérios que não estão claros para nós. Mesmo seguindo rigorosamente as práticas éticas, desconhecemos qual é o nível “aceitável” de autocitação no *JCR*, por exemplo, e como essa medida poderia ser considerada no nosso caso.

Para entender o estado de apreensão no qual a falta de transparência das regras nos coloca, basta saber que a *RAE* possui um índice de autocitação no *JCR* muito mais alto do que o dos periódicos punidos. Essa situação pode ser explicada pela baixa presença de outros periódicos da nossa área nesse indexador. Pior ainda: em janeiro de 2013, publicamos o fórum “Produção científica brasileira em Administração na década de 2000”, e, historicamente, essas revisões só fazem aumentar a autocitação das revistas de maior impacto. Será que corremos o risco de sermos punidos por termos nos esforçado para apresentar um panorama da produção acadêmica brasileira? Será que precisaremos nos defender, explicando que esse tipo de revisão, apesar de afetar o fator de impacto, também interessa à nossa comunidade científica e foi feito exatamente com essa intenção?

Apoiamos a *San Francisco Declaration on Research Assessment* (disponível em <http://am.ascb.org/dora/>), que prega a redução da ênfase de medidas de fator de impacto como ferramenta promocional, mas sabemos o quanto a visibilidade da *RAE* no exterior aumentou depois que passamos a constar no *JCR*. Como temos um projeto de internacionalização em andamento, não há como ignorar-

mos que o fator de impacto ainda é uma referência internacional importante para diferenciar os periódicos, mesmo que esteja longe de ser a única.

Atualmente, queremos ajudar outros periódicos brasileiros a entrar no *JCR* e sabemos que, com isso, contribuiremos para influenciar positivamente o nosso fator de impacto. Será que, em algum gabinete onde haja pouca compreensão da realidade brasileira, essa nossa atitude seria considerada pouco ética? Enfim, o que nos preocupa não é a louvável defesa da ética e das boas práticas, mas a falta de informação e transparência nos processos punitivos conduzidos nesses casos.

Nesta edição da *RAE*, publicamos seis artigos inéditos. O primeiro, “Focusing illusion in satisfaction with life among college students living in Brazil”, explora as associações entre os aspectos da vida e a percepção de felicidade. O segundo artigo, apresentado no VI ENAPEGS em 2012, “Cadeia reversa do óleo de cozinha: coordenação, estrutura e aspectos relacionais”, analisa uma cadeia de suprimento reversa do produto em questão e sua coordenação. O terceiro e quarto artigos foram apresentados no XV SIMPOI, em 2012. “Clusters e APL’s: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011” investiga publicações científicas em periódicos classificados pelo sistema Qualis sobre clusters e arranjos produtivos locais (APL’s) no Brasil, por mais de uma década, e “Estilos de aprendizagem Felder-Silverman e o aprendizado com jogos de empresa” trata das diferenças de aprendizagem observadas entre os estudantes de um curso de Planejamento e Controle da Produção. Os dois artigos restantes foram apresentados no ENANPAD 2012. “Avaliação de desempenho organizacional: um estudo aplicado em hospitais filantrópicos” desenvolve um modelo para avaliação de desempenho de hospitais filantrópicos e compara sua eficiência; “Confiança organizacional e compartilhamento e uso do conhecimento tácito” investiga a influência da confiança organizacional no desejo de usar e compartilhar conhecimento tácito, baseado em hipóteses sobre a relação entre capacidade, benevolência e integridade.

Completam esta edição a pensata “Modernización y gerencia pública”, assinada pelo Senador do México Salvador Vega Casillas e por Ernesto González Cancino, Oficial Maior do Governo Mexicano; uma resenha sobre o livro *Pragmatic strategy: eastern wisdom, global success*, escrita pelo professor Belmiro Nascimento João; e as indicações bibliográficas sobre “Gestão de empresas de serviços profissionais”, do professor Marcelo P. Binder, e “Direito econômico e atos de concentração de empresas”, do professor Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo.

Tenham uma boa leitura!

**EDUARDO DINIZ** | EDITOR CHEFE